

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 919.612 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. TEORI ZAVASCKI
RECTE.(S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
RECDO.(A/S)	: LAUDEMIR INO DE OLIVEIRA
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO: 1. Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso extraordinário ao fundamento de que “os dispositivos constitucionais apontados como violados não foram objeto de análise no acórdão impugnado, e a parte Recorrente não opôs embargos declaratórios para sanar a omissão” (Súmulas 282 e 356 do STF).

Em sua peça recursal (fls. 361/362, v.3 do e-STJ), o agravante sustenta, em síntese, que o exame da controvérsia “é tema de absoluta e exclusiva competência do Supremo Tribunal Federal”.

2. Como se vê, a parte agravante não impugnou especificamente o fundamento suficiente para manter a decisão agravada, o que acarreta o não conhecimento dos presentes recursos, conforme dispõe o art. 544, § 4º, I, do CPC.

3. Diante do exposto, não conheço do agravo em recurso extraordinário.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 14 de outubro de 2015.

Ministro **TEORI ZAVASCKI**

Relator

Documento assinado digitalmente